

29-11-22

SEB

82 TC-003107.989.20-4

Prefeitura Municipal: Igarapava.**Exercício:** 2020.**Prefeito:** José Ricardo Rodrigues Mattar.**Advogado:** Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136).**Procurador de Contas:** José Mendes Neto.**Sustentação oral proferida em sessão de 22-11-22.**

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. APORTES AO RPPS NÃO EFETUADOS. BAIXO ÍNDICE DE EFETIVIDADE NA GESTÃO MUNICIPAL – IEG-M GERAL: “C”. PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL.

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF. art. 212	26,25%	25%
FUNDEB – Lei nº 11.494/07, art. 21, <i>caput</i> e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	77,14%	60%
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	42,49%	54%
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	22,80%	15%
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, I	4,28%	7%
Execução Orçamentária – R\$ 9.024.793,98	8,96% - Superávit	
Resultado Financeiro – R\$ 12.053.095,32	Superávit	
Precatórios	Regular	
Requisitórios de Baixa Monta	Regular	
Remuneração dos agentes políticos (Prefeito e Vice)	Regular	
Encargos Sociais (INSS, FGTS e PASEP)	Regular	
Encargos Sociais (RPPS)	Irregular	
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	6,40%	
Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM	C	
Restrições do Último Ano de Mandato:		
*Restos a Pagar (Dois Últimos Quadrimestres – Cobertura Financeira) – LRF, art. 42	Regular	
*Aumento da Taxa de Despesa de Pessoal – LRF, art. 21, II	Regular	
*Despesas com publicidade – Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, “b”¹	-	
*Publicidade institucional - Emenda Constitucional nº 107 de 02-07-20, art. 1º, §3º, VII	Regular	

ATJ Economia e Chefia: Desfavorável**MPC:** Desfavorável**SDG:** Sem manifestação**ATJ Jurídica:** Favorável

¹ O Município não efetuou gastos com publicidade após 15-08-20.

1. RELATÓRIO

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, exercício de **2020**.

1.2 Referido município recebeu fiscalização concomitante, nos termos dispostos no TC-A-023486/026/10, Ordem de Serviço nº 01/2012 e § 1º do artigo 1º da Resolução nº 01/2012.

A análise relativa aos períodos de janeiro a abril e de maio a agosto de 2020 consta dos eventos 15.21 e 35.14, respectivamente, tendo sido apontadas falhas nos seguintes itens: “Obras Paralisadas”; “Resultado da Execução Orçamentária no Período”; “Dois Últimos Quadrimestres-Cobertura Monetária para Despesas Empenhadas e Liquidadas”.

O Responsável foi devidamente notificado (eventos 22.1 e 40.1) acerca dos relatórios dos acompanhamentos realizados, disponíveis no processo eletrônico, com vista à regularização das falhas apontadas.

1.3 O relatório da fiscalização anual realizada pela **Unidade Regional de Ituverava – UR-17** (evento 47.22) apontou as seguintes ocorrências:

A.2. IEG-M – I-Planejamento

- não foram realizados levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento para os setores de serviços urbanos, segurança pública, saneamento e defesa civil;

- para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual;

- as seguintes variáveis não foram levadas em consideração para o estudo/análise da previsão da receita: programas do governo estadual, programas do governo federal e efeito da Legislação;

- a LDO prevê autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual acima da inflação;

- a LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- há estrutura administrativa voltada para planejamento, no entanto, a Prefeitura Municipal não possui recursos humanos para operacionalização das atividades deste setor;
- o servidor responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal não é ocupante de cargo de provimento efetivo;
- não houve realização de audiências públicas voltadas para avaliar o cumprimento das metas fiscais traçadas no planejamento, conforme previsto no artigo 9, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal no 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2021;
- o Prefeito recebe relatórios mensais sobre a execução orçamentária sem os projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
- a Ouvidoria do Poder Executivo não dispõe de recursos humanos, tecnológicos e materiais para a operacionalização de suas atividades.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária

- abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em valor correspondente a 28,90% da despesa inicialmente fixada pela Lei Orçamentária Anual, índice que ratifica o baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo

- considerando o índice de liquidez imediata de apenas 0,8295, denota-se que a Prefeitura não possui liquidez suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo em montante equivalente a 5,28% de sua Receita Corrente Líquida.

B.1.5. Precatórios

- os valores relativos a precatórios contabilizados pela Origem em seu balancete e em seu Balanço Patrimonial divergem daqueles disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça;

- além disso, os valores contabilizados no balanço patrimonial também não equivalem ao apresentado no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema Audeps em relação ao exercício de 2020;

- muito embora os levantamentos técnicos efetuados pela DEPRE tenham apurado a suficiência dos depósitos efetuados pela Origem nas contas do TJSP em 2020, os cálculos indicam que os recolhimentos efetuados ao longo do exercício em apreço somaram um montante de R\$ 136.059,23 inferior ao necessário para atingimento da alíquota da Receita Corrente Líquida Mensal do Município estabelecida no período.

B.1.6. Encargos

- a Origem deixou de recolher as parcelas de março a dezembro relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, previstos no Decreto nº 2.211/20, totalizando um saldo não quitado no exercício de R\$ 6.148.557,50, que sequer foi empenhado.

B.1.8.1. Despesa de Pessoal

- a Origem deixou de contabilizar como despesa de pessoal o montante equivalente a R\$ 3.022.180,51, decorrente de contratações que se caracterizam como terceirização de mão de obra.

B.1.9. Demais Aspectos sobre Recursos Humanos

- contrariando posicionamento deste Tribunal de Contas, bem como orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, dos 37 cargos de livre nomeação e exoneração previstos na legislação municipal pertinente, apenas para os cargos de assessor de comunicação e de assessor de gabinete é exigida formação de nível superior aos interessados, estabelecendo-se, para os demais, tão somente a conclusão do ensino médio.

B.2. IEG-M – I-Fiscal

- não houve a disponibilização de recursos orçamentários e materiais para operacionalização das atividades relacionadas à Administração Tributária;

- em que pese tratar-se de carreira específica ou típica de Estado, a Prefeitura Municipal possui um funcionário terceirizado em cargo de fiscal da administração tributária;

- não há disponibilização de programas de treinamento específico aos fiscais tributários, o que pode comprometer a atualização do conhecimento e a adequada execução das atividades inerentes ao cargo;

- não houve revisão periódica do Cadastro Imobiliário;

- o Código Tributário Municipal não prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV), comprometendo a transparência e a eficiência da gestão fiscal;

- os dados da Planta Genérica de Valores (PGV) e do Cadastro Imobiliário não atualizam automaticamente a base de cálculo do IPTU;

- não houve divulgação do Parecer Prévio do TCE na página eletrônica da Prefeitura;

- não houve divulgação, em tempo real, das receitas arrecadadas e dos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, contrariando o artigo 48-A, inciso II, da LC nº 101/2000.

C.1. Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino

- contabilização como aplicação no ensino com recursos próprios de despesas não amparadas pelas finalidades relacionadas pelo art. 70 da LDB;

- a Origem deixou de quitar até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte, montante equivalente a R\$ 250.576,82 referente a restos a pagar de despesas contabilizadas como aplicação no ensino;

- conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

C.2. IEG-M – I-Educ

- a Prefeitura Municipal possui mais de 39,53% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;

- os profissionais de creche, pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação;

- não fez pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escola e anos finais do ensino fundamental em 2020;

- possui mais de 21,74% do quadro de professores de Pré-Escola como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE (até 10%);

- não houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos das Pré-Escolas, Anos Iniciais do ensino fundamental no ano de 2020;

- apesar da existência de alunos de Pré-Escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, não houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino;

- possui 13,79% do quadro de professores dos Anos Iniciais como temporários, índice superior aos 10% recomendados pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;

- não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental em 2020;

- não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano da última avaliação;

- não realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano) no ano de 2020;

- a entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental no ano de 2020 foi realizada após 15 dias do início das aulas;

- apenas um dos 13 estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB vigente no ano de 2020;

- 06 das 13 unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2020;

- possui apenas dois nutricionistas para atendimento de 4.192 alunos das redes municipal e estadual de ensino infantil e fundamental, quantidade inferior aos quatro recomendados pelo Conselho Federal de Nutricionistas;

- não (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contrariando o artigo 12 da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;

- o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não realizou reuniões no ano de 2020;

- o Conselho de Alimentação Escolar não elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos.

D.2. IEG-M – I-Saúde

- nenhuma das 13 unidades municipais de saúde possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto Estadual nº 63.911/18 e Lei nº 6.437/77;

- todas 13 unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2020;

- a forma de registro de frequência dos médicos e dos enfermeiros não é eletrônica;

- não realiza a gestão do estoque dos insumos utilizados como meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico de interesse da Vigilância em Saúde;

- não houve utilização de sistema informatizado de regulação com oferta de alguns serviços da gestão municipal;

- o Complexo Regulador Municipal não possui Central de Urgência nem Central de Internações;

- não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA);

- ocorreu desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês de 46 dos 240 itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.

E.1. IEG-M – I-Amb

- os objetivos estratégicos e metas ambientais não estão materializados no PPA nem na LOA;

- não participa de nenhum Programa de Educação Ambiental, contrariando o inciso VI do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999);

- não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município;

- não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez;

- não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem;

- não existem metas de tratamento e de coleta de esgoto definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

- não há periodicidade na coleta seletiva realizada no Município;

- nem todas as regiões do Município são atendidas pela coleta seletiva, contrariando os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (artigo 7º, incisos II e X, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);

- a Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002.

F.1. IEG-M – I-Cidade

- não há qualquer tipo de recurso específico destinado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;

- não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado;

- não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

- não realiza identificação e mapeamento das áreas de risco de desastre, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Lei nº 12.608/12;

- não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil;

- não possui um estudo de avaliação da segurança das escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei nº 12.608/12;

- não possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres.

G.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP

- como assinalado no item B.1.5 – “Precatórios”, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AudeSP.

G.3. IEG-M – I – Gov TI

- a Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação;

- a equipe de TI não participa da comissão de julgamento das compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, *softwares* ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação;

- não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro;

- não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório;

- não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando artigo 45 da Lei nº 12.527/11;

- o *site* da Prefeitura Municipal não possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto;

- o *site* da Prefeitura Municipal não disponibiliza acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;

- não há integração entre os sistemas de contabilidade e de dívida ativa;

- não oferece os seguintes serviços digitais: alvarás, licenças de funcionamento, certidões, licenças, autorizações, solicitação de serviços de zeladoria e solicitação de obras e serviços de urbanização;

- ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);

- a Prefeitura Municipal não designou um encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO).

H.1. Perspectivas de Atingimento das Metas Propostas pela Agenda 2030 entre Países-Membros da ONU, estabelecidas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

- tendo em vista as análises realizadas, bem como as informações prestadas pela Origem ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal, devidamente validadas por esta Fiscalização, indica-se que o Município em apreço poderá não atingir algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu recomendações desta E. Corte de Contas relativas aos dois últimos exercícios apreciados e com trânsito em julgado até 2020.

1.4 Subsidiaram as contas os seguintes expedientes:

a) TC 020210.989.20 (arquivado): trata de ofício subscrito pelo Prefeito do Município, por meio do qual enviou, para conhecimento, declaração de regularidade quanto à divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa, em atendimento ao disposto no art. 73-C da LRF.

b) TC-010532.989.21 (arquivado): diz respeito ao Ofício nº 030495/2021, de 22-04-2021, da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos – DEPRE, por meio do qual encaminhou despacho proferido no processo DEPRE nº 9002032-13.2019.8.26.0500/03, determinando o sequestro da importância de R\$ 177.805,12 (valor atualizado 30-04-21) das contas da Prefeitura Municipal de Igarapava, na qualidade de devedora subsidiária da “Previgapava”, e a imposição das sanções previstas no art. 104 do ADCT. De

acordo com o consignado, referida autarquia municipal, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais, instada a providenciar o depósito referente à insuficiência do mapa orçamentário de 2020, ficou-se inerte.

Posteriormente, pelo Ofício nº 049102/2021, de 18-05-21, comunicou a DEPRE que concluído o bloqueio da referida quantia pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, foi determinado o cancelamento das medidas anteriormente determinadas.

A Fiscalização informou que a documentação serviu de subsídio para a instrução dos autos em exame.

c) TC-004970.989.21 (arquivado): versa sobre denúncia encaminhada por Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava, em que comunicou possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura, relativas à gestão do SUS.

Alegou o denunciante que o Prefeito, o ex-Diretor do Departamento de Saúde, o atual interventor e o ex-Presidente do Conselho Municipal de Saúde agiram em comunhão de interesses para forjar uma intervenção na Santa Casa de Igarapava e passar a utilizar referida unidade hospitalar como “mecanismo para promoção de sua futura candidatura”.

Asseverou ainda que, após a intervenção, a entidade passou a receber repasses de convênios sem prévia análise, as prestações de contas não estariam mais sendo regularmente apresentadas, todas as certidões de regularidade fiscal estariam vencidas, a equipe de fiscalização instituída pela Prefeitura jamais teria efetivamente atuado e, por fim, que um sistema de favorecimento na aplicação de vacinas (“fura-fila”) teria sido identificado.

A Fiscalização informou que, em consulta à página eletrônica do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apurou que a intervenção foi judicialmente cancelada, tendo sido determinado ainda que “a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, por meio de sua mesa diretora, se

abstenha de impedir, por qualquer meio, a efetivação da requisição administrativa instrumentalizada no Decreto Municipal n.º 3.157/2019”.

Verificou ainda que este entendimento foi ratificado em sede de Mandado de Segurança impetrado pelo próprio nosocômio (processo nº 1001090-18.2019.8.26.0242) e indeferido em 15-10-19.

Concluiu que carece razão ao denunciante quanto à suposta ausência de prestações de contas, uma vez que, em consulta ao Sistema de Repasses ao Terceiro Setor – SisRTS, localizou registros e documentações relativas a onze repasses efetuados à entidade em 2019 e outros nove repasses ao longo do exercício em apreço.

Neste mesmo sentido, considerou que não deve prosperar a alegação de ausência de certidões válidas, uma vez que, em consulta aos portais eletrônicos da Caixa Econômica Federal, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, obteve Certidões Positivas com efeitos de Negativa para recolhimentos ao FGTS, tributos federais e dívida ativa da União.

Por fim, ressaltou que a acusação de suposto favorecimento na distribuição de vacinas (“fura-fila”) foi apresentada pelo denunciante sem qualquer documentação que corroborasse a narrativa nela contida.

Dessa forma, entendeu que as denúncias apresentadas devem ser consideradas improcedentes.

d) TC-015499.989.21 (arquivado): trata de ofício da Procuradoria Geral de Justiça, por meio do qual encaminhou solicitação da Promotoria de Justiça de Igarapava a respeito de informações sobre a análise dos procedimentos de Dispensa de Licitação nºs 12/2019, 02/2020, 20/2020 e 01/2021 que se referem à contratação de Marcelo Ormeneze como interventor da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava.

Informou a Fiscalização que a Prefeitura, após decretação de intervenção da Santa Casa de Misericórdia local, providenciou a contratação de Marcelo Ormeneze no dia 23-07-19 mediante dispensa de licitação (nº 12/2019) fundamentada nos termos do art. 24, inc. IV, da Lei de Licitações, em razão da

situação emergencial verificada, tendo a escolha do interventor sido feita “com base no currículo profissional, bem como em isso atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como pela atuação no poder público executivo municipal, mais precisamente na atual gestão, exercendo a contento em comissão o cargo de Diretor do Departamento Administrativo no período de 01-08-17 a 19-03-18”.

Ademais, verificou que o contrato inicial vem sendo prorrogado a cada seis meses, sem reajustes nos valores pactuados, ou seja, R\$ 42.000,00 (seis parcelas mensais de R\$ 7.000,00), por meio de novos contratos, todos precedidos de novas dispensas de licitações (nºs 02/2020, 20/2020 e 01/2021).

Após análise realizada da documentação disponibilizada pela Origem, apurou a Equipe Técnica que as dispensas citadas atenderam à legislação pertinente, uma vez que todas dispunham de declaração de existência de recursos, justificativas, parecer jurídico, publicação do contrato e termo de ciência e notificação.

Por fim, ressaltou que o próprio Ministério Público providenciou o arquivamento do expediente interno que deu origem ao presente protocolado sob a conclusão de que “ao cabo das investigações preliminares, não restou demonstrada conduta dolosa ou culposa que pudesse ensejar ajuizamento da respectiva ação civil ou adoção de outra medida administrativa”.

1.5 Regularmente notificado (eventos 52.1), o responsável pelas contas em exame, o **Prefeito José Ricardo Rodrigues Mattar**, apresentou justificativas e documentos (evento 61.1/61.12) esclarecendo, em síntese, o seguinte:

B.1.6. Encargos

Sustentou que, diante das enormes dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município ao longo do exercício em exame, principalmente por conta da pandemia do COVID-19, quando todos os esforços se voltaram à contenção da doença, não restou alternativa à Administração, como tentativa

definitiva de solucionar a questão, senão pactuar o parcelamento, conforme constatado pela Fiscalização, ressaltando que referido acordo de parcelamento vem sendo devidamente cumprido.

C.2. IEG-M – I-Educ

Destacou que no exercício em exame foi realizado concurso (edital nº 01/20), sendo que, atualmente, o quadro de professores do Município não possui mais docentes temporários, apenas efetivos.

Informou que, em razão do cenário totalmente atípico vivido no exercício, devido à pandemia de Covid-19, não foi possível viabilizar a contratação de cursos de capacitação aos docentes, entretanto, a Prefeitura Municipal vem buscando recursos para realiza-los.

Quanto ao apontamento de que não houve entrega do material didático aos alunos das pré-escolas, dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental, esclareceu que o município participa do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), sendo que este material é utilizado para a preparação e planejamento das aulas.

Frisou que, apesar de não ter atingido a meta do IDEB para os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental no ano da última avaliação, o Município avançou na nota em relação ao ano anterior. Afirmou que essa melhoria decorreu do esforço da Administração e que a pequena diferença para o atingimento da meta prevista não é capaz de comprometer a boa avaliação do Município, que vem apresentando expressivo crescimento.

Quanto à ausência de ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar bem como da ausência de pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escolas, e dos anos finais do ensino fundamental, ressaltou que o Município realizou busca ativa aos alunos por contato telefônico, durante todo o ano letivo de 2020, tendo esta sido intensificada em 2021, quando retomou

parcialmente à normalidade, inclusive com visitas às famílias responsáveis pelos alunos, seguindo-se os protocolos de segurança.

Comunicou que o Departamento de Engenharia está providenciando a contratação de empresa especializada para a execução do projeto de adequação de todos os estabelecimentos que não possuem o AVCB. Ressaltou, todavia, que independentemente da obtenção do referido documento, as instalações e todos os procedimentos lá adotados já se adéquam perfeitamente às normas de segurança e prevenção contra incêndio.

Em relação às 06 (seis) unidades de ensino que necessitam de reparos, alegou que, de acordo com o planejamento municipal, todas as unidades de ensino irão passar por melhorias e reformas seguindo o cronograma iniciado em 2021.

Acerca da falta de currículo da rede municipal de ensino adaptado às proposições da Base Nacional Comum Curricular, informou que aderiu ao Currículo Paulista, inclusive participando de todas as reuniões na Diretoria Regional de São Joaquim da Barra – DRE para sua elaboração.

D.2. IEG-M – I-Saúde

Asseverou que foi elaborado um projeto de engenharia para regularização da falta de AVCB e que buscará, na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, a emissão desse documento para todas as unidades de saúde.

Esclareceu que o Município realizou o levantamento de todas as reformas e adequações necessárias nas unidades de saúde, as quais encontram-se pendentes de execução apenas em função da pandemia.

Salientou que está providenciando as melhorias necessárias para aprimorar o controle de frequência dos servidores, adquirindo equipamentos eletrônicos e realizando diversas pesquisas para implantação.

Relatou que a farmácia municipal passou a fazer o controle do estoque de insumos, como por exemplo dos testes rápidos para Covid-9 e HIV.

Ressaltou que utiliza o sistema CROSS para oferta de serviços, conforme orientação da Secretaria Estadual de Saúde, sendo que o CROSS de Urgência é feito pela Santa Casa e o CROSS (exames e consultas) é feito pela Prefeitura Municipal.

Em relação ao apontamento de que o Complexo Regulador Municipal não possui Central de Urgências e Central de Internações, pontuou que o Município possui um profissional que autoriza as internações, sejam elas eletivas ou de urgência e, ainda, dispõe do sistema CROSS.

A respeito da alegação de que não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), esclareceu que o Município possui 02 profissionais que realizam a atividade de monitoramento, avaliação e auditoria.

Consignou, no que concerne ao alegado desabastecimento (falta de medicamento) superior a um mês, que a situação foi regularizada em 2021.

E.1. IEG-M – I-Amb

Ressaltou que a Prefeitura participa do programa de educação ambiental “Desafio Ambiental”, com apoio da empresa DAidea Ambiental e do Departamento de Educação do Município.

Quanto à alegação de que não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município, esclareceu que a Lei Municipal nº 770, de 10 de janeiro de 2018, em seu art. 1º, inciso II, especifica tal proibição.

Assinalou que não houve necessidade da criação de um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez, tendo em vista que Igarapava é o município com maior disponibilidade de água potável da região.

A propósito da falta de ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, ressaltou que tais ações geralmente são realizadas em municípios que captam água dos rios, contudo, o Município de Igarapava capta água de poços que sofrem menos interferência com a estiagem, não tendo sido necessária, até o presente momento, a criação de medidas de contingenciamento nesse sentido.

Quanto à afirmação de que não existem metas de tratamento e de coleta de esgoto definidas, realçou que a Administração Municipal se compromete a dar início aos estudos para elaboração das metas, o que poderá ser constatado pelas fiscalizações futuras desta E. Corte de Contas.

Esclareceu que a cooperativa de coleta realiza o recolhimento em dias alternados e, ciente da impossibilidade de atender todo o Município, já deu início a estudos para melhorar o serviço por ela prestado.

Informou que o Plano de Saneamento Básico incorporou o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, regravando, em seu item 3.1.4, a gestão de tais resíduos no Município.

F.1. IEG-M – I-Cidade

Sustentou que a COMPDEC se encontra operando e desempenhando plenamente suas funções, de tal forma que a Fiscalização não apontou qualquer mácula na efetividade da prestação do serviço. De toda forma, se comprometeu, na medida de sua disponibilidade orçamentária, a alocar maiores recursos para a Coordenadoria, durante o próximo exercício.

Salientou que, ciente de tal lapso, o Município já vem adotando providências para a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Sobre a falta de capacitação de seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, observou que a Municipalidade oferece treinamento na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, mas que, de toda a forma, os profissionais atuantes são altamente capacitados para o exercício de suas funções.

A respeito da ausência do mapeamento das áreas de risco, ressaltou que não há ocorrência no município de Igarapava de desastres naturais ou mesmo daqueles decorrentes de ação humana, haja vista que não há a exploração de qualquer atividade no município que apresente risco para atuação da Defesa Civil.

Comprometeu-se a formalizar o Plano de Contingência Municipal - PLANCON de Defesa Civil, o que não exime a atuação da Defesa Civil para o atendimento em situações emergenciais.

Acerca da avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, informou que o projeto técnico para a expedição do competente AVCB de todas as unidades se encontra em fase de elaboração, mas que, de qualquer forma, o Município já atende aos quesitos estruturais e de segurança exigidos pela legislação de regência.

1.6 Instada a se manifestar, a vertente de **Economia** da **Assessoria Técnico-Jurídica** (evento 82.1) se posicionou pela emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas, em razão do não recolhimento das parcelas de março a dezembro relativas a aportes do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no exercício em exame.

A vertente **Jurídica** (evento 82.2), por sua vez, propôs a emissão de parecer favorável.

A **Chefia** do órgão (evento 82.3) acompanhou, contudo, a vertente de Economia pela emissão de parecer desfavorável, com recomendações à Prefeitura no sentido de que adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal – IEG-M e regularize os apontamentos constatados no relatório da Fiscalização.

1.7 O **Ministério Público de Contas** (evento 88.1) opinou, também, pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas, em virtude falta de recolhimento das parcelas correspondentes ao período de março a dezembro do exercício em exame, relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no valor total de R\$ 6.148.557,50.

1.8 Os autos integraram a pauta dos trabalhos da Sessão desta C. Primeira Câmara de 22-11-22, oportunidade em que a defesa do Prefeito produziu sustentação oral.

Ponderou, quanto à ausência de recolhimento dos aportes

previdenciários devidos no exercício, que essa suspensão de pagamento de contribuições previdenciárias devidas pelo Município aos seus regimes de previdência foi uma das opções facultadas no âmbito do programa federativo de enfrentamento à Covid, trazido pela Lei Complementar nº 173/20.

Dentro desse contexto, destacou que o § 2º do artigo 9º desse diploma legal previu de forma ampla a possibilidade de os municípios suspenderem o pagamento das contribuições patronais aos seus respectivos regimes previdenciários com a aprovação de uma lei.

Além disso, sustentou que a Portaria Ministerial 14.816, de 19 de junho de 2020, do Ministério da Economia disciplinou a aplicação desse dispositivo, definindo como contribuições aptas a serem objeto de suspensão de pagamento todas aquelas previstas no plano de custeio do regime próprio de previdência, instituída por meio de alíquotas para cobertura de custo normal suplementar ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de déficits atuariais.

Dessa forma, alegou que, mesmo que o Município de Igarapava não tenha editado uma lei prévia aprovando essa suspensão de pagamentos, é possível vislumbrar que o período em que houve a suspensão (de março dezembro de 2020) foi exatamente o previsto na Lei Complementar nº 173/20, sendo que o Município cumpriu realmente à risca o que estabelecia a Portaria nº 14.816/20, editando uma lei autorizadora de parcelamento antes do prazo de 31 de janeiro, pactuando o termo de parcelamento em 5 de fevereiro de 2021, em 48 parcelas, o qual está sendo cumprido pela Municipalidade.

Ressaltou também que a suspensão se deu unicamente do recolhimento desta alíquota de aporte de déficit atuarial, tendo o Município honrado no exercício em exame, assim como em 2019, todas suas contribuições previdenciárias patronais, o repasse da contribuição alusiva ao empregado assim como os parcelamentos que se encontravam, em curso.

Relembrou que no primeiro ano da sua gestão (2017), o Município vinha realmente de um acúmulo de impropriedades de forma geral. A dívida de precatórios se acumulava, havia um déficit de execução orçamentária, um déficit

financeiro que superava o aceite por esta E. Corte, não haviam sido honradas todas as contribuições previdenciárias devidas no período, além de uma incorreção em relação à aplicação do FUNDEB, desacertos que levaram à desaprovação das contas daquele exercício.

Afirmou, contudo, que, após as providências adotadas em sua gestão, esse panorama foi mudado a partir de 2018. Foi celebrado acordo para que o pagamento da dívida de precatórios se desse dentro de uma alíquota que o Município pudesse honrar, houve o melhor planejamento das contas públicas, o déficit foi reduzido já em 2018, adequando-se ao patamar aceite por esta Corte, sendo que em 2019 esse déficit foi reduzido ainda mais, passando de 6,8 milhões para a ordem de 2,8 milhões – reduzindo-o do equivalente a 27 dias de arrecadação para 11 dias de arrecadação.

Defendeu que foram também adotadas providências em relação aos débitos previdenciários, tendo sido, inclusive, retomado um acordo que estava sem pagamento desde 2011, de modo que tanto as contas de 2018, quanto as de 2019, justamente em vista da adequação, do respeito ao equilíbrio da gestão fiscal, foram efetivamente aprovadas por esta Corte.

Dessa forma, justificou que em 2020, mesmo com superávit da execução orçamentária e um superávit financeiro, a fim de manter essa postura de responsabilidade, optou-se por utilizar a faculdade que trazia a Lei Complementar nº 173/20, deixando de recolher os aportes previdenciários para preservar o superávit fiscal pela insegurança que a situação requeria.

Com relação ao IEG-M, ressaltou que as notas, embora se enquadrassem nos indicadores Cs, no planejamento foi obtida a nota C+, demonstrando a efetividade e a adequação do quesito planejamento.

Destacou ainda a nota B conferida no I-Saúde e, com relação ao I-Educ, embora mantida a nota C, alegou que depois da validação pela Fiscalização, diversas notas subiram, apesar de não serem suficientes para elevar o patamar para o C+. Frisou que o Município vem realmente se esforçando em relação à questão do IEG-M, razão pela qual entendia que, dentro do contexto específico, poderia ser alçada, como concluiu a ATJ-Jurídica, ao campo

das recomendações.

1.9 Pareceres anteriores:

Exercício	Parecer	Processo	Relator	publicação
2017	Desfavorável ²	TC-006661.989.16	Minha relatoria	05-12-19
	Pedido de Reexame Não provido	TC-008126.989.20		12-12-20
2018	Favorável	TC-004418.989.18	Conselheira Cristiana de Castro Moraes	02-07-20
2019	Favorável	TC-004759.989.19	Conselheiro Renato Martins Costa	28-08-21

1.10 Dados Complementares:

a) Receita *per capita* do município em relação ao estado e à média dos demais municípios paulistas:

Exercício	Igarapava		Receita Per Capita			Resultado relativo de Igarapava	
	Habitantes	Receita Arrecadada	Igarapava(A)	Estado (B)	Média dos Municípios/SP (C)	Em relação ao Estado (A/B)	Em relação aos Municípios (A/C)
2017	29.037	75.096.159,91	2.586,22	3.031,41	3.615,62	85%	72%
2018	29.176	85.522.816,77	2.931,27	3.305,55	4.020,63	89%	73%
2019	29.316	93.900.744,47	3.203,05	3.608,58	4.297,41	89%	75%
2020	29.456	100.691.356,42	3.418,36	3.812,51	4.523,81	90%	76%

b) Resultado da Execução Orçamentária nos últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019	2020
(Déficit)/Superávit	5,20%	(0,14%)	3,58%	8,96%

² Resultados econômico-financeiros, aplicação dos recursos do FUNDEB e pagamento de precatórios:

c) Indicadores de Desenvolvimento:

Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
(IDEB)

	Nota Obtida					Metas					
Igarapava	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5.4	5.6	5.9	5.8	6.1	5.2	5.4	5.7	5.9	6.2	6.5
Anos Finais	4.0	3.9	4.3	4.0	4.6	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6
Fonte: INEP											

d) Investimento anual por aluno com Educação:

Exercício	Número de matriculados	Investimento anual por aluno
2019	3.396	R\$9.704,20
2020	3.570	R\$7.060,78

e) Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM):

INDICADOR TEMÁTICO	2017	2018	2019	2020
IEG-M:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-PLANEJAMENTO:	C ↓	C ↓	C ↓	C+ ↑
i-FISCAL:	C ↓	C+ ↑	B ↑	C ↓
i-EDUC:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-SAÚDE:	B ↓	B ↓	C ↓	B ↑
i-AMB:	C ↓	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-CIDADE:	C ↑	C ↑	C	C ↓
i-GOV TI:	C ↓	B ↑	C ↓	C ↑

A	B+	B	C+	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de adequação	Baixo nível de adequação

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que a **Prefeitura Municipal de Igarapava** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, remuneração dos profissionais do magistério, FUNDEB, saúde, transferências de duodécimos ao Legislativo e remuneração dos agentes políticos.

2.2 Na gestão de enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19 relacionada aos aspectos orçamentários, contábeis e fiscais (item B.1.1.2), à assistência social (Item B.3.1.), educação (Item C.1.1) e transparência pública (Item G.1.1.1), a Fiscalização não constatou irregularidades dignas de nota.

Com relação à saúde (item D.1.1), destacou ocorrências quanto à aquisição de insumos de necessidades básicas para área da saúde (álcool em gel 70%, sabonete líquido neutro e papel interfolhado branco), que estão sendo tratadas nos autos do TC-013863.989.20³.

2.3 Em relação aos Resultados Econômico-Financeiros, o município apresentou superávit na execução orçamentária de R\$ 9.024.793,98, equivalente a 8,96% da receita arrecadada de R\$ 100.691.356,42.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		Valores
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$	100.691.356,42
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$	88.647.083,08
(-) REPASSES DE DUODECIMOS A CAMARA	R\$	4.218.000,00
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODECIMOS DA CAMARA	R\$	1.198.520,64
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	9.024.793,98
		8,96%

O resultado financeiro também foi superavitário, em R\$12.053.095,32.

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 12.053.095,32	R\$ (2.843.723,37)	-523,85%
Econômico	R\$ 8.027.988,13	R\$ 10.216.736,85	-21,42%
Patrimonial	R\$ 7.982.582,91	R\$ (153.853,99)	-5288,41%

³ Sob a relatoria da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, em trâmite.

Ressalto, ainda, que, mesmo considerado o valor do aporte devido e não recolhido no exercício em exame, os resultados orçamentário e financeiro continuariam superavitários.

A dívida de longo prazo decresceu 17,28% (de R\$ 45.349.295,14 para R\$ 37.570.960,61) em relação ao exercício de 2019.

Os investimentos totalizaram 6,40% da Receita Arrecadada Total.

As alterações realizadas no orçamento alcançaram o total de R\$ 36.989.373,90, correspondente a 28,90% da Despesa Fixada (inicial), quase o dobro do limite autorizado pelo art. 4º da Lei municipal nº 879, de 27-11-19 (LOA – evento 47.9) – 15% –, o qual, por sua vez, excede significativamente o índice de inflação registrado no período, referência que, de acordo com o entendimento pacificado desta Corte, deve limitar a expressão financeira das despesas não previstas originalmente na peça orçamentária aprovada pelo Legislativo municipal. Tal circunstância, pelo menos, evidencia deficiências severas nos métodos de planejamento adotados pela Administração, que resultam em prognósticos excessivamente alheios às condições que efetivamente subordinam a execução das ações e programas de governo.

Tendo em vista, entretanto, que esse redesenho orçamentário não chegou a ocasionar desajuste fiscal, entendo possa a questão ser conduzida ao campo das **recomendações**.

2.4 No que respeita às restrições de último ano de mandato, a Prefeitura cumpriu o disposto no artigo 42 da Lei Fiscal, eis que possuía cobertura monetária para despesas empenhadas e liquidadas nos dois últimos quadrimestres:

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:		2020
Disponibilidade Financeira em 30.04		R\$ 7.882.280,58
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$	7.596.337,81
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$	2.693.413,15
(-) Valores Restituíveis	R\$	1.538.237,15
Il liquidez em 30.04	R\$	(3.945.707,53)
Disponibilidade Financeira em 31.12		R\$ 16.738.276,70
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12	R\$	3.253.253,60
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados		
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados		
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo		
(-) Valores Restituíveis	R\$	1.351.019,42
Liquidez em 31.12	R\$	12.134.003,68

Igarapava não incidiu na vedação estatuída no artigo 21, II, da LRF, uma vez que não houve aumento da taxa da despesa de pessoal nos últimos 180 dias do mandato:

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:					
Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro	
06	R\$ 40.735.170,11	R\$ 93.254.899,43	43,6815%	43,6815%	
07	R\$ 40.740.855,92	R\$ 91.551.644,37	44,5004%		
08	R\$ 40.565.713,40	R\$ 94.531.276,34	42,9125%		
09	R\$ 40.174.610,26	R\$ 96.787.661,24	41,5080%		
10	R\$ 36.899.472,97	R\$ 87.892.465,93	41,9825%		
11	R\$ 33.672.894,23	R\$ 80.097.536,20	42,0399%		
12	R\$ 41.236.585,25	R\$ 97.059.985,38	42,4857%		
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:					1,20%

Tampouco criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais, no exercício em análise.

No que respeita ao estatuído no artigo 73, VI, letra “b”, e VII, da Lei nº 9.504/97, a Fiscalização apurou que, a partir de 15 de agosto, o município não empenhou gastos de publicidade e que, até essa data, os gastos liquidados de publicidade institucional não superaram a média dos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019):

Publicidade em ano eleitoral				
Períodos:	1º e 2º quadr./2017	1º e 2º quadr./2018	1º e 2º quadr./2019	até 15/08/2020
Despesas:	R\$ 47.501,00	R\$ 83.197,51	R\$ 47.600,00	R\$ 2.072,00
Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores				R\$ 59.432,84

2.5 Com relação aos precatórios, considerando a certidão expedida pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos – DEPRE do Tribunal de

Justiça atestando que a Prefeitura se encontra em situação de inadimplência no exercício em exame (evento 47.18), **afasto** o apontamento⁴.

Contudo, **recomendo** à Municipalidade que adote técnicas contábeis seguras para a exata e correta contabilização dos débitos judiciais, em estrita observância aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64).

2.6 Em relação ao Quadro de Pessoal, a Fiscalização assinalou a inadequação do nível de escolaridade para provimento de cargos em comissão.

Ressalto que, embora o texto constitucional não trate explicitamente da questão, as exceções à regra geral do concurso público decorrem, logicamente, da presumida impossibilidade de tal método de seleção assegurar a admissão de agentes efetivamente qualificados para o desempenho de determinadas funções essenciais ao funcionamento da Administração Pública.

Os cargos comissionados devem limitar-se às funções cujo exercício requeira invulgar especialização técnica, granjeada tanto por meio de formação acadêmica de nível superior, quanto pelo acúmulo de experiências profissionais na área.

Transcrevo, a respeito, trecho de decisão do E. Tribunal de Justiça explicitando que a falta de conhecimentos técnicos especializados garantidos por curso superior afasta a excepcionalidade da atividade de assessoramento:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Ação proposta objetivando a declaração de inconstitucionalidade do Anexo I da Lei Municipal nº 3.154 de 26 de dezembro de 2010, do Município de Itapeva, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Itapeva e dá outras providências — Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes — Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos — **Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções** Cargos de Assessor Parlamentar e Chefe de Gabinete Parlamentar que não se coadunam com o permissivo legal — Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente.

⁴ A DEPRE atestou também a inadimplência do Município de Igarapava em relação ao exercício de 2021 (TC-007090.989.20, evento 58.11).

(TJ/SP, Órgão Especial, ADI 0210184-51.2011.8.26.0000, Rel. Des. Antônio Carlos Malheiros, j. 04.04.2012, v.u., grifei).

Destarte, **recomendo** que o Executivo de Carapicuíba diligencie para que a legislação local seja alterada, a fim de incluir de maneira expressa, entre os requisitos que condicionam a investidura nesses cargos, a formação acadêmica de nível superior, obtida em áreas relacionadas às competências indispensáveis ao desempenho qualificado das respectivas incumbências.

2.7 Não obstante ostente alguns aspectos positivos, as contas de Igarapava se ressentem de irregularidades graves, suficientes para comprometê-las por inteiro.

Refiro-me à falta de recolhimento de parcelas do aporte ao Instituto de Previdência Municipal de Igarapava e à baixa efetividade da gestão municipal – IEG-M.

2.8 No que se refere aos encargos, consta dos autos que a Prefeitura quitou integralmente as importâncias devidas ao INSS, FGTS, PASEP e ao RPPS, administrado pelo Instituto de Previdência Municipal de Igarapava – PrevIgarapava.

Honrou, também, os parcelamentos celebrados com esse Instituto, constantes do quadro a seguir:

Lei Municipal autorizadora	Nº do acordo	Valor total parcelado	Quantidade de parcelas	Vencimento da primeira parcela	Parcelas pagas em 2020
756/2017	1828/17	R\$ 3.211.236,72	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
756/2017	1829/17	R\$ 539.800,88	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
756/2017	1830/17	R\$ 9.868.252,11	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
757/2017	0052/18	R\$ 3.742.299,50	60	20/01/2018	12 (25ª a 36ª)
TOTAL		R\$ 17.361.589,21			

A par desses, a Fiscalização identificou, ainda, acordo de parcelamento celebrado com o RPPS em 2011, referente a aporte financeiro autorizado pela Lei Municipal nº 498/2011. Esse aporte, inicialmente calculado no valor total de R\$ 17.650.757,63, seria liquidado em 420 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 42.025,61, sendo a primeira parcela com vencimento em outubro de 2011. Todavia, conforme apurou, apenas as 35 primeiras parcelas deste ajuste foram regularmente pagas, deixando de ser quitadas as devidas no

período compreendido entre setembro de 2014 e dezembro de 2017. Somente em 2018 foi retomado o seu pagamento e o acordo está, igualmente, sendo cumprido:

Lei Municipal autorizadora	Nº do acordo	Valor total parcelado	Quantidade de parcelas	Parcelas devidas em 2018*	Parcelas pagas no período
498/2011	392/11	R\$ 17.650.757,63	420	da 101ª à 111ª	11*
TOTAL		R\$ 17.650.757,63			

Apurou, contudo, o órgão de fiscalização que os recolhimentos relativos aos aportes financeiros para o Instituto de Previdência Municipal de Igarapava foram efetuados parcialmente, deixando a Municipalidade de recolher as competências de março a dezembro de 2020.

O montante não repassado, de R\$ 6.148.557,50, sequer empenhado no exercício em exame, foi objeto de termo de acordo de parcelamento, com base na autorização conferida pela Lei Municipal nº 925, de 29-12-20, comprometendo-se a Prefeitura a quitá-lo em 48 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento previsto para o dia 10-03-21.

Em sua defesa, alegou a Prefeitura que na suspensão desses pagamentos foi observada a Lei Complementar nº 173, de 27-05-20 e a Portaria SEPRT/ME nº 14.816, de 19-06-20, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Entretanto, nos termos do art. 9º, § 2º⁵, da referida Lei Complementar nº 173/20, a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, dependia de lei específica autorizadora da medida, que não foi editada.

⁵ Art. 9º Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

§ 1º (VETADO).

§ 2º A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica.

De qualquer modo, a Lei Municipal nº 925, de 29 de dezembro de 2020, autorizou o parcelamento desses aportes mensais, destinados ao equacionamento do déficit atuarial, sendo o Termo de Acordo de Parcelamento celebrado em 05-02-21.

Consultado o relatório da Fiscalização relativo às contas do exercício de 2021 da Prefeitura (TC-007090.989.20-3⁶), constata-se que a Prefeitura recolheu as parcelas devidas naquele exercício:

Lei Municipal autorizadora	Nº do acordo	Valor total parcelado	Quantidade de parcelas	Parcelas devidas em 2021	Parcelas pagas em 2021
925/2020	423/2021	6.662.450,40	48	10	10 (1ª a 10ª)

Observo, contudo, no que se refere aos aportes para amortização do déficit atuarial do RPPS, devidos em 2021, que a Prefeitura deixou de repassar R\$ 2.427.930,13 e, com base na Lei nº 997, de 13-12-21, firmou em 18-02-22 novo Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários – Acordo Cadprev nº 0042/2022, no qual se comprometeu a saldar a dívida em 36 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento previsto para o dia 20-03-22.

Constata-se, assim, que, mesmo com superávits orçamentário (R\$ 9.024.793,98) e financeiro (R\$ 12.053.095,32), a Prefeitura deixou de recolher o valor dos aportes fixados para o exercício em exame ao Instituto de Previdência Municipal de Igarapava (o que repetiu no exercício de 2021), em deliberada protelação de suas obrigações. Tal conduta, diante do montante de todos os parcelamentos assinalados, acaba por impactar o equilíbrio financeiro atuarial de seu regime previdenciário, colocando em risco a sua sustentabilidade, em prejuízo de seus segurados. A par disso, onera desnecessariamente os cofres municipais, com juros e multas, além de criar passivos de longo prazo que comprometem futuras gestões, indo de encontro à responsabilidade fiscal, preconizada no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

⁶ Sob a Relatoria do Conselheiro Antonio Roque Citadini.

2.9 A avaliação da gestão municipal não pode prescindir, ademais, da análise de aspectos de natureza operacional, vale dizer, da apuração tanto dos resultados efetivos alcançados pelas políticas públicas, quanto da disponibilidade dos insumos indispensáveis à qualificação da atividade administrativa — exame que é feito, no âmbito desta Corte de Contas, por meio do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M.

E sob essa ótica, o que se verifica é que os favoráveis indicadores financeiros obtidos pelo município não repercutiram no aumento da qualidade das políticas públicas municipais.

Pelo segundo exercício consecutivo, Igarapava obteve o conceito geral C, a menor faixa de desempenho instituída pelo índice e que designa gestões como “baixo nível de adequação”, a demonstrar o seu afastamento em relação aos padrões que qualificam grande parte dos aspectos abordados pelo instrumento.

Especificamente nas dimensões que constituem o IEG-M, o município obteve, no ensino (I-Educ) pelo segundo ano consecutivo, o conceito C, resultado que patenteia as limitações dos instrumentos de planejamento e a indisponibilidade de diversos recursos normalmente associados ao desenvolvimento qualificado dos processos de ensino-aprendizagem. Sem embargo da imprescindibilidade de outras medidas, ajustadas às especificidades da rede municipal e ao contexto socioeconômico dos integrantes das respectivas comunidades escolares, a melhoria da qualidade da educação pública de Igarapava depende, em alguma medida, do enfrentamento das impropriedades identificadas pelo **I-Educ**, e apuradas pela Fiscalização em suas inspeções *in loco*, tais como: o elevado contingente de professores contratados em caráter temporário; a falta de realização de ações e medidas para o monitoramento da taxa de abandono das crianças em idade escolar; a insuficiente manutenção da maioria das unidades escolares; a ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB em 12 dos 13 estabelecimentos de ensino; descumprimento da meta estabelecida no IDEB para os anos iniciais e finais.

Na saúde (I-Saúde), Igarapava obteve a única avaliação favorável, passando das gestões com baixo índice de adequação (c) para aquelas que se apresentam como efetivas (B), resultado que, sem embargo dos méritos que traduz, não dispensa a Administração de envidar esforços para superar as lacunas desveladas pelo índice, dentre as quais: a falta de AVCB ou CLCB em todas as 13 unidades municipais de ensino, além da insuficiente manutenção em todas elas; as deficiências no controle da jornada de trabalhos dos médicos e enfermeiros; a falta de gestão do estoque dos insumos utilizados como meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico; a não utilização de sistema informatizado de regulação com oferta de alguns serviços da gestão municipal; o desabastecimento superior a um mês de 46 dos 240 itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.

Em planejamento, área de cuja efetividade depende, em alguma medida, a consecução dos objetivos perseguidos pelas políticas públicas das demais esferas de atuação estatal, Igarapava obteve, o conceito C+, ou seja, gestão em nível de adequação, evidenciando a limitada capacidade do Executivo Municipal de coletar e coordenar as informações necessárias à elaboração de suas peças de planejamento, assim como de acompanhar os resultados produzidos pelos programas e ações de governo. Dentre os apontamentos efetuados pela Fiscalização figuram a inexistência de levantamentos formais, antecedentes ao planejamento, para elaboração do orçamento, dos problemas, necessidades e deficiências do município para os setores de serviços urbanos, segurança pública e defesa civil; a falta de recursos humanos para operacionalização das atividades do setor de planejamento; a não disponibilização de recursos humanos, tecnológicos e materiais à Ouvidoria.

No tocante à gestão fiscal, as lacunas e impropriedades apuradas em 2020 determinaram a acentuada queda da faixa de desempenho registrada no último exercício, de B para C. Dentre os apontamentos efetuados pela Fiscalização figuram a ausência de revisão periódica do Cadastro Imobiliário; a não divulgação do Parecer Prévio do TCE na página eletrônica da Prefeitura bem como, em tempo real, das receitas arrecadadas e dos atos praticados pelas

unidades gestoras no decorrer da execução da despesa; a não disponibilização de recursos orçamentários e materiais para operacionalização das atividades relacionadas à Administração Tributária; a falta de programas de treinamento específico para os fiscais tributários.

A respeito da gestão ambiental (I-Amb), Igarapava reeditou a insuficiente performance obtida no último exercício, C, resultado que aponta para o acentuado distanciamento da Administração em relação aos padrões e às exigências normativas que assegurem a efetividade das políticas públicas do setor. De acordo com o i-Amb, o município não participa de nenhum Programa de Educação Ambiental; não há regulamentação sobre queimada urbana; não dispõe de um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez; não há periodicidade na coleta seletiva; ausência de metas de tratamento e de coleta de esgoto definidas; inexistência de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil elaborado e implantado.

Em relação às políticas de proteção dos cidadãos contra eventos de consequências potencialmente calamitosas (I-Cidade), pela quarta vez consecutiva, Igarapava obteve o conceito C, última faixa de desempenho adotada pelo índice, em resultado que sinaliza o baixo nível de adequação da estrutura mobilizada pelo município para o planejamento e a execução de medidas de prevenção contra eventos de consequências potencialmente calamitosas. Dentre as impropriedades identificadas pelo índice, sobressaem-se: a não destinação de qualquer tipo de recurso à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC; a ausência de capacitação de seus agentes para ações municipais de Defesa Civil; a falta de identificação e mapeamento das áreas de risco de desastre; a inexistência de Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil; a ausência de estudos atualizados sobre as condições de segurança das escolas e unidades de saúde do município; a falta de um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres.

Quanto ao gerenciamento dos recursos em tecnologia da informação, as diversas impropriedades verificadas pelo instrumento – como a inexistência de um Plano Diretor de TI e de uma política institucionalizada de segurança para utilização de ferramentas do gênero; a não disponibilização no *site* da Prefeitura de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência; a falta de integração entre os sistemas de contabilidade e de dívida ativa; a indisponibilidade de serviços digitais de emissão de alvarás, certidões, licenças de funcionamento etc. – redundaram, pelo segundo ano consecutivo, na atribuição de conceito C (baixo nível de adequação). Tal resultado desvela a incipiência da estrutura mobilizada pela Prefeitura para a manutenção e o desenvolvimento de ferramentas e soluções do gênero, a despeito de sua crescente importância para a redução dos custos dos serviços oferecidos à população, em particular, e à modernização da gestão pública, de maneira geral.

2.10 Verifica-se, assim, que os superavitários resultados orçamentário e financeiro obtidos pela Prefeitura de Igarapava não se redundaram na efetividade de suas políticas públicas, nem no cumprimento de suas obrigações para com o seu sistema previdenciário.

2.11 Diante do exposto, acompanho a manifestação do Ministério Público de Contas e voto pela emissão de **parecer prévio desfavorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Igarapava, relativas ao exercício de 2020.

Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes **recomendações**:

- Empreenda as medidas necessárias à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEGM, com revisão dos pontos de atenção destacados.
- Harmonize as fases de planejamento e de execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias.
- Atente para os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias, de modo a evitar despesas com multas e juros que oneram desnecessariamente os cofres públicos.

- Envie ao Sistema Audesp dados consistentes e fidedignos, em atenção ao princípio da transparência, à evidenciação contábil e ao pleno exercício do controle externo por este Tribunal de Contas.
- Contabilize corretamente os seus débitos judiciais e as despesas de pessoal.
- Aprimore a gestão de pessoal, cuidando para que os cargos em comissão efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.
- Diligencie para que seja suprida a ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB nas unidades de ensino e de saúde.
- Atenda integralmente às Instruções e recomendações deste Tribunal.
- Adote providências efetivas visando a sanear as demais impropriedades apontadas no relatório da fiscalização.

A Fiscalização deverá verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

2.12 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO